

Repercussões das Invasões Francesas no catolicismo português

Intervenção no colóquio “As Invasões Francesas e a sociedade portuguesa: resistência e rupturas”, Centro Cultural de Vila das Aves, 20 de Novembro de 2009

1. Trago-vos um breve apanhado de informações correntes, qual base concreta para algumas observações genéricas, sublinhando o impacto das Invasões Francesas na vida da Igreja em Portugal e especialmente no que ao episcopado respeita.

Como é sabido, do final de 1807 ao princípio de 1811 o país foi por três vezes invadido, às ordens de Napoleão Bonaparte, no quadro geral da guerra europeia que o imperador francês sustentou. Exigira a Portugal a entrada no bloqueio continental anti-inglês, que o príncipe D. João – futuro D. João VI – protelou e recusou. Daí a primeira invasão, a fuga da corte para o Brasil e a ocupação do país pelas tropas de Junot.

Derrotado este no Verão seguinte e regressado a França, sucedeu-se a segunda invasão na primeira metade de 1809, sob o comando de Soult e a sua instalação no Porto, de Março a Maio. Derrotado este, Napoleão ordenaria no ano seguinte uma terceira invasão, sob as ordens de Massena, finalmente detida nas Linhas de Torres Vedras no Outono de 1810.

Mas, ainda mais que os graves transtornos trazidos pelas Invasões à vida normal do país, nos aspectos militares, económicos ou de mera subsistência das populações, há-de considerar-se também a desorganização geral da vida, no que à normalidade da religião e do culto diz respeito.

Pode dizer-se até que o liberalismo e a contemporaneidade chegaram a Portugal por duas vias, de distinta índole e aproximáveis consequências: a das ideias revolucionárias, que foram penetrando aqui e ali – bibliotecas eclesiásticas inclusive – e a das Invasões Francesas, que trouxeram muita gente de além-Pirinéus e deixaram os escombros materiais e institucionais em que o nosso Antigo Regime também começou a ruir.

2, Demos então um rápido relance ao quadro diocesano da altura e particularmente aos bispos que suportaram os graves acontecimentos de 1807-1811. Podemos dizer, como nota prévia e genérica, que os prelados portugueses passaram do acolhimento formal da primeira invasão – como aliás lhes recomendara o príncipe regente ao partir para o Brasil – para uma reserva crescente, face às exigências e às violências dos ocupantes, e à exortação mais ou menos expressa à revolta e ao apoio ao exército inglês, ao chegar o Verão de 1808.

Grande bispo tinha o Algarve durante as invasões francesas, na pessoa de D. Francisco Gomes do Avelar, grande como pastor e promotor geral de tudo quanto importasse ao bem das populações. O seu

comportamento durante as invasões valeu-lhe os maiores encómios por parte do príncipe regente, como a melhor memória dos algarvios.

De Angra nada diremos de especial, a não ser que D. Frei Alexandre da Sagrada Família foi seu bispo desde 1812, em parte por razões ligadas às invasões francesas. D. Frei Alexandre, tio de Almeida Garrett, desobedecera a Junot, quando este o mandara seguir para França no Inverno de 1808, em embaixada a Napoleão. O bispo recusara, por só reconhecer o príncipe regente. Este lhe retribuía a fidelidade, apresentando-o para a sé dos Açores quatro anos depois.

Em Aveiro o bispo D. António José Cordeiro, prelado zeloso e esmoler, também acabou por chamar às armas, contra os invasores, o clero secular e regular, isto a 25 de Junho de 1808.

Beja tinha como bispo em 1807 D. Frei Joaquim do Rosário, que faleceu no ano seguinte, sem deixar notícia referente às invasões. E já no Verão de 1808 o arcebispo de Évora, D. Frei Manuel do Cenáculo tinha também jurisdição em Beja.

Desde 1806 era arcebispo de Braga D. José da Costa Torres, já idoso. Na segunda invasão, em 1809, ordenou que o clero regular e secular tomasse armas, mas teve de abandonar a cidade quando os franceses a ocuparam. Saiu ele e grande parte da população, incluindo eclesiásticos, religiosos e religiosas. Faleceria em 1813.

Em Bragança era bispo D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara, com um percurso eclesiástico muito próprio. De grande sensibilidade religiosa e devota, fora tão perseguido por isso mesmo que estava retido em S. Vicente de Fora aquando da chegada de Junot à capital. Recusando contribuir com rendas do bispado, como exigiam os ocupantes, e rejeitando a deposição dos Braganças como dinastia reinante, Junot desterrou-o para o mosteiro de Alcobaça. Na terceira invasão, acompanhou a retirada geral da população estremenha para sul das Linhas de Torres Vedras. Voltou a Bragança, com ordem do príncipe regente, em Junho de 1811.

De Castelo Branco e do seu bispo D. Frei Vicente Ferreira da Rocha ficaram mais memórias das obras na sé e no paço do que de acontecimentos ligados às Invasões Francesas, ainda que a primeira lhe atravessasse o território.

A diocese de Coimbra foi sucessivo palco da Guerra Peninsular, ali desembarcando os ingleses na primeira e ali se travando a batalha do Buçaco na terceira. Nada fácil foi a vida do seu bispo, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, ausente à força desde que por ordem de Junot, de 23 de Fevereiro de 1808, integrara a deputação portuguesa a Napoleão. Em França ficaria até ter autorização de regressar, em Setembro de 1810. Chegado a Portugal, não lhe faltaram suspeitas de cedências aos franceses. Mesmo infundadas, foram bastantes para demorar o seu regresso à diocese, onde queria voltar para minorar as muitas desgraças que a

tinham assolado, como urgiu ao príncipe regente, ainda três anos depois... Entretanto, o vigário geral que deixara em Coimbra, Vieira dos Guimarães, também exortara os eclesiásticos a pegar em armas contra os invasores, isto em 10 de Julho de 1808.

D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho fora transferido de Pernambuco para Elvas em 1806. Na primeira invasão mostrou-se corajoso e desassombrado, conseguindo salvar o tenente-coronel de artilharia de Elvas de ser executado às ordens de Loison.

Évora sofreu muitíssimo durante a primeira invasão, nos três últimos dias de Julho de 1808, em que a cidade foi sujeita a um autêntico massacre. O arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, vítima também de grandes humilhações na altura, conseguiu, ainda assim, travar um tanto o sinistro general Loison.

No Funchal reforçou-se a presença inglesa durante a primeira invasão. O bispo D. Luís Rodrigues Vilares morreria em 1811, sem que nada de especial se passasse entretanto.

Decidido se mostrou o bispo da Guarda, D. José António Pinto de Mendonça Arrais, que aderiu activamente ao restabelecimento da autoridade do príncipe regente na cidade em 2 de Julho de 1808. E não hesitou em confiar a defesa da cidade aos seus cónegos e outros eclesiásticos.

Como o arcebispo de Évora ou o bispo de Elvas, também o prelado lamecense, D. João António Binet Píncio, conseguiu morigerar um tanto o general Loison em 1808, poupando Lamego a violências certas.

Notável foi a todos os títulos D. Manuel de Aguiar, bispo de Leiria durante as Invasões Francesas. Pela sua situação geográfica, entre Coimbra e Lisboa, Leiria sofreu particularmente na primeira e na terceira. Em 1808 D. Manuel teve de deixar cidade, porque os franceses desconfiavam dele. Regressou depois da batalha do Vimeiro. Em 1810, também teve de deixar a diocese, quando a ordem foi recuar para trás das Linhas de Torres Vedras. Regressou quando os franceses retiraram, para ter uma acção decisiva na restauração da cidade do Lis, que tinha sofrido grandes destruições.

Particularmente difícil foi a situação do patriarca de Lisboa, o já idoso e quase moribundo D. José Francisco Miguel António de Mendonça. Com ele particularmente insistiu Junot, extraindo-lhe uma pastoral quase encomiástica dos franceses. Para um fidalgo de velha estirpe portuguesa seria tão demasiada que faleceu logo a 12 de Fevereiro de 1808.

Em Pinhel era bispo D. Bernardo Bernardino Beltrão, em cuja diocese se deu o grave episódio de Almeida na invasão de Massena, em Setembro de 1810. E em Portalegre D. José Valério da Cruz, de grande estudo e piedade. Se destes dois prelados não há notícia especial relacionada com as Invasões Francesas, muitas há e importantes sobre o seu coevo do Porto, D. Frei António de São José e Castro. Depois da

aceitação inicial da presença francesa, comum à generalidade dos prelados, D. Frei António viria a acompanhar os portuenses no levantamento patriótico do Verão de 1808. Em Junho encabeçaria mesmo a junta de governo em nome do príncipe regente e a 24 desse mesmo mês autorizou os eclesiásticos a pegarem em armas para a defesa da cidade.

Mais difícil foi a situação no Porto em Março de 1809, com a aproximação das tropas de Soult. Com a grande exaltação popular à chegada dos franceses e o assassinio de dois parlamentares de Soult, a situação tornou-se insustentável, tendo o bispo passado para a margem sul do Douro na noite de 28 de Março, salvando também a caixa militar. Seguiu-se a entrada dos franceses e o terrível desastre da Ponte das Barcas, que cedeu ao peso da multidão que também fugia da cidade (para o Porto, cf. o recente estudo de Pedro Vilas Boas Tavares, *D. António de S. José e Castro: dever e fidelidade nas, e para além das, circunstâncias*, em *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*, coord. Valente de Oliveira, Público – Câmara Municipal do Porto, 2009, p. 29 ss).

De Viseu era bispo D. Francisco Monteiro Pereira de Azevedo, cuja reconhecida caridade para com os pobres certamente minorou a miséria acrescida daqueles anos difíceis, tanto mais que a cidade domina o grande planalto beirão tão atravessado pelos exércitos (cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto – Lisboa, Livraria Civilização, 1970, volume 3, p. 483 ss, para o quadro geral do episcopado português da altura. Para o clero do Norte durante as Invasões, cf. João Francisco Marques, *Obra selecta*, tomo 1, *Religião e política*, Roma Editora, 2008, vol. 1, p. 67 ss).

As Invasões deixaram, país fora, um rasto de desolação e pobreza que demoraria muito a ultrapassar. Digamos com palavras recém-publicadas:

“Mas por causa das dificuldades de transporte, os exércitos viviam da terra por onde marchavam. A pilhagem era assim indissociável da guerra. [...] Pior: ao contrário do que acontecera no resto da Europa, as populações da península Ibérica foram arrastadas para a guerra, através de práticas tradicionais de defesa colectiva ou de delinquência, sujeitando-se a represálias violentíssimas. Em 1810 e em 1811, em Portugal, ambos os exércitos aplicaram a política da ‘terra queimada’, para dificultar a manobra do adversário. A população crescera na segunda metade do século XVIII. As contagens e estimativas [...] sugerem uma retracção demográfica” (Rui Ramos, em Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 446).

3. E, se assim foi em geral, também se repercutiu na sucessão dos bispos. Aliás, nem a ausência da corte portuguesa no Brasil, nem a situação do Papa, que só teria plena liberdade de actuação depois da queda de Napoleão, ajudavam a resolver o que deles dependesse, demorando mais ou

menos a substituição dos prelados. Constata-se, apesar de tudo, que, na maioria dos casos, não há grandes hiatos neste sector.

No Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar só faleceu em 1816 e dois anos depois a diocese tinha novo bispo. Para Angra, falecido D. José Pegado em 1812, nesse mesmo ano estava nomeado D. Frei Alexandre da Sagrada Família, de comprovado patriotismo. Em Aveiro, D. António José Cordeiro faleceu em 1813 e nesse mesmo ano teve sucessor. Em Beja demorou mais: falecido D. Frei Joaquim do Rosário em 1808, foi preciso esperar onze anos por novo bispo. Em Braga bastaram dois anos para a sucessão de D. José da Costa Torres, falecido em 1813. Em Bragança, D. António Luís da Veiga só faleceu em 1819, tendo sucessor em 1824. Em Castelo Branco, D. Frei Vicente Ferreira da Rocha faleceu em 1814, havendo novo bispo em 1819. Em Coimbra, D. Francisco de Lemos, que tantos transtornos tivera durante e depois das invasões, ainda viveu até 1822, tendo sucessor no mesmo ano. Em Elvas, D. José Joaquim da Cunha viveu até 1818 e teve sucessor dois anos depois. Em Évora, D. Frei Manuel do Cenáculo sobreviveu até 1814 e teve sucessor imediato. No Funchal, D. Luís Rodrigues faleceu em 1811 e a diocese esperaria seis anos por novo bispo. Na Guarda, o bispo Arrais só faleceu em 1822 e teve sucessor dois anos depois. Em Lamego, o bispo Binet Píncio faleceu em 1821 e teve sucessor nesse mesmo ano. Em Leiria, D. Manuel de Aguiar faleceu em 1815, depois de ter empreendido a reconstrução do seminário, do colégio, do hospital e várias igrejas; teve sucessor três anos depois. O cardeal Mendonça, falecido em 1808, só dez anos depois teria sucessor em Lisboa, gorada que foi a nomeação de D. Frei António de São José e Castro. Em Pinhel, o bispo D. Bernardo Bernardino Beltrão viveria até 1828 e em Portalegre D. José Valério da Cruz até 1826. No Porto, D. Frei António de São José e Castro, falecido em 1814 – que deixara a cidade em 1809 – teria sucessor em 1816. Em Viseu, D. Francisco Monteiro faleceu em 1819 e nesse mesmo ano teve sucessor (cf. Fortunato de Almeida, *ibidem*. Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa – América, 1994, p. 296 ss).

4. Concluiremos então com algumas notas de maior âmbito. As Invasões Francesas perturbaram profundamente a vida normal das instituições eclesiásticas (dioceses, paróquias e congregações) e aceleraram a mutação do quadro político-religioso do país, que já se indiciara por influência externa (filosofismo e revolução francesa) e pelo definhamento pessoal e material de muitas casas religiosas. Muitos padres e religiosos que tiveram de deixar igrejas e conventos durante as Invasões quebraram rotinas que não retomariam facilmente.

Sucessivamente, foi-se alterando a relação Igreja-sociedade, mormente com o advento do liberalismo como sentimento e cultura, ainda

antes de 1820. Pouco a pouco, a consciência individual e a determinação da vida pessoal e colectiva, em especial nos meios urbanos, foi transitando das tradições para as escolhas.

As Invasões Francesas constituíram assim o primeiro abalo do quadro político-eclesiástico anterior, interrompendo os funcionamentos habituais das dioceses e paróquias e perturbando gravemente a vida religiosa e claustral, bem como as práticas devotas da população.

Dos dois abalos que se seguiram e que do ideário “francês” foram algo subsidiários – o liberalismo vintista e o de 1834 – resultaria em meados do século XIX a consolidação dum quadro eclesiástico marcadamente estatal, que condicionou muito a vitalidade religiosa do catolicismo português, com alguma semelhanças com o que aconteceu em França depois da concordata napoleónica de 1802. Não admira que, à distância, resultassem duas consequências, entre outras: os adversários do constitucionalismo monárquico foram-no também da religião do Estado; e o que houve de mais criativo no catolicismo português de oitocentos surgiu algo fora do quadro eclesiástico estabelecido, ainda que com a aprovação tácita ou cuidadosa da hierarquia da altura (cf. Manuel Clemente, *Igreja e sociedade portuguesa do liberalismo à república*, Lisboa, Grifo, 2002, passim).

Manuel Clemente